

APOSTILA

PEDAGOGIA DOS MOVIMENTOS





**BONS
ESTUDOS!**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
AULA 1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PEDAGOGIA DOS MOVIMENTOS	8
AULA 2. EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONVERGÊNCIAS HISTÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS.....	14
AULA 3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS E METODOLOGIAS	19
AULA 4. A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO COLETIVO: FORMAÇÃO, IDENTIDADE E LUTA	24
AULA 5. PEDAGOGIA DA RESISTÊNCIA: CONFLITOS, ENFRENTAMENTOS E ESTRATÉGIAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS	29
AULA 6. UNIVERSIDADE POPULAR, SABERES INSURGENTES E INTERCÂMBIOS PEDAGÓGICOS	33
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

INTRODUÇÃO

A Pedagogia dos Movimentos constitui um campo emergente que se consolida na interseção entre teoria crítica, educação popular e prática política engajada. Ela se alimenta das experiências históricas dos movimentos sociais que, ao longo do século XX e XXI, produziram formas próprias de aprender e ensinar. Essas experiências não apenas contestaram o modelo tradicional da escola, como também propuseram novas formas de construir conhecimento de maneira coletiva e situada.

Ao invés de partir de teorias abstratas desconectadas da realidade concreta, essa pedagogia se ancora na vivência dos sujeitos em luta. Trata-se de uma prática educativa que nasce da resistência, da defesa de direitos e da construção de alternativas à lógica opressora vigente. Nesse processo, o saber se torna ferramenta de emancipação, transformando os espaços educativos em territórios de disputa e de criação.

A história da educação popular na América Latina, especialmente a partir da obra de Paulo Freire, é um marco fundamental para compreender a genealogia da Pedagogia dos Movimentos. Sua concepção de educação como prática da liberdade inspirou diversas iniciativas que, fora dos muros escolares, mobilizaram saberes e práticas pedagógicas a serviço da transformação social. Freire permanece como um referencial essencial, mas não o único.

Outros autores, como Orlando Fals Borda, Marco Raúl Mejía e Moacir Gadotti, também contribuíram para o aprofundamento dessa abordagem. Além disso, o diálogo com epistemologias do sul, saberes indígenas, afro-brasileiros e feministas ampliou as fronteiras desse campo. A Pedagogia dos Movimentos, portanto, é plural e multifacetada, refletindo a diversidade das lutas sociais que a constituem.

A educação tradicional, muitas vezes verticalizada e descontextualizada, mostrou-se insuficiente para responder aos desafios vividos por comunidades marginalizadas. Nesse sentido, os movimentos sociais se tornaram verdadeiros laboratórios pedagógicos, forjando práticas educativas baseadas na escuta, no diálogo e na ação coletiva. Esse processo gerou uma pedagogia territorializada, sensível às demandas locais e historicamente situada.

Diferente da pedagogia bancária, na qual o aluno é visto como recipiente passivo de conteúdos, a Pedagogia dos Movimentos propõe um paradigma horizontal e dialógico. A relação entre educador e educando é ressignificada, com base na escuta mútua, na co-construção do conhecimento e na valorização da experiência como fonte legítima de aprendizagem. Aprende-se fazendo, resistindo, criando e compartilhando.

A escola, nesse novo contexto, não é mais o único lugar legítimo de produção do saber. Os acampamentos, os assentamentos, os centros comunitários, as rodas de conversa e os mutirões pedagógicos passam a desempenhar papel fundamental na constituição de espaços formativos. O saber acadêmico é convocado a dialogar com os saberes populares, em uma perspectiva intercultural e anticolonial.

A Pedagogia dos Movimentos se constrói na contramão da racionalidade neoliberal, que reduz a educação a mera formação de competências produtivas. Ela denuncia a mercantilização do ensino, a padronização curricular e a lógica avaliativa excludente. Em seu lugar, propõe uma educação integral, política e crítica, voltada à formação de sujeitos históricos comprometidos com a justiça social.

Essa abordagem também questiona os modos tradicionais de gestão escolar, propondo modelos participativos, autogestionários e horizontais. A escola, quando se abre à comunidade, transforma-se em polo articulador das lutas locais. Ao mesmo tempo, o educador assume papel de mediador, articulador e sujeito também em formação, rompendo com o papel de autoridade detentora do saber absoluto.

Importante destacar que a Pedagogia dos Movimentos não é um modelo fechado ou homogêneo, mas um campo em disputa, em constante construção e reconstrução. Suas práticas variam conforme os territórios, as culturas e os objetivos políticos de cada movimento. O que a une é o compromisso ético-político com a transformação das estruturas sociais opressoras.

Em termos metodológicos, essa pedagogia privilegia a pesquisa participante, a investigação-ação e a escuta ativa. O conhecimento é produzido coletivamente, em diálogo com a realidade e a partir dela. Não se trata apenas de aprender conteúdos, mas de construir sentidos, narrativas e saberes a partir das vivências compartilhadas. O território torna-se, assim, eixo articulador do processo educativo.

O território é mais do que o espaço físico onde vivem os sujeitos; ele é memória, identidade, história e resistência. Ao articular a pedagogia ao território, os movimentos

promovem uma educação que reconhece os saberes ancestrais, as tradições locais e os modos próprios de viver e aprender. Isso permite construir uma educação enraizada, significativa e afetivamente conectada à vida cotidiana.

Nesse sentido, a Pedagogia dos Movimentos aproxima-se das propostas da ecopedagogia, das pedagogias decoloniais e da educação popular feminista. Todas essas vertentes compartilham a crítica ao modelo hegemônico de educação e propõem práticas emancipatórias baseadas no protagonismo dos sujeitos e na valorização das suas histórias. Trata-se de um processo coletivo de reinvenção do mundo.

A Pedagogia dos Movimentos também é profundamente interseccional. Ela reconhece que as opressões não se manifestam de forma isolada, mas entrelaçadas — como raça, classe, gênero, sexualidade e território. Assim, sua prática educativa deve ser atenta a essas dimensões, promovendo espaços formativos que combatam o racismo, o patriarcado, a LGBTQIAP+fobia e outras formas de exclusão.

Do ponto de vista da formação docente, essa abordagem implica uma ruptura com os currículos normativos e engessados. Os futuros educadores devem ser preparados para atuar em contextos diversos, ouvindo, dialogando e aprendendo com as comunidades. A prática pedagógica deixa de ser aplicação de métodos e passa a ser construção compartilhada, situada e crítica, em constante diálogo com a realidade social.

A formação de educadores comprometidos com a Pedagogia dos Movimentos exige também a valorização da experiência, do corpo e da afetividade no processo formativo. O corpo não é apenas veículo de aprendizagem, mas também lugar de memória, resistência e expressão política. Dança, música, arte, oralidade e rituais têm papel central na construção de uma pedagogia sensível e plural.

Os desafios enfrentados pelos movimentos sociais — violência policial, criminalização, falta de políticas públicas — também impactam seus processos pedagógicos. Por isso, resistir e educar tornam-se atividades indissociáveis. A formação política é um eixo estruturante dessa pedagogia, entendida como consciência crítica, leitura do mundo e capacidade de intervenção transformadora.

Nesse contexto, é fundamental retomar a noção de práxis como articulação entre teoria e prática. A Pedagogia dos Movimentos não dissocia o pensar do agir; pelo contrário, reafirma que todo conhecimento tem implicações políticas. Ensinar é,

portanto, um ato político, e educar é um processo de luta por dignidade, autonomia e direitos.

Ao propor novos sentidos para o ato educativo, essa pedagogia desafia as políticas educacionais que desconsideram as realidades plurais do país. Ela reivindica uma educação inclusiva, diversa e comprometida com os sujeitos historicamente excluídos do direito à educação plena. Nesse sentido, ela se constitui como um projeto de sociedade alternativa, onde o saber é direito e instrumento de liberdade.

Compreender a Pedagogia dos Movimentos é, portanto, reconhecer que o conhecimento não é neutro. Ele está sempre inserido em relações de poder e disputas simbólicas. A valorização dos saberes populares é um gesto político de enfrentamento à epistemologia colonial e à hegemonia eurocêntrica que dominam o campo educacional. O saber nasce da vida e retorna à vida.

No âmbito das políticas públicas, essa pedagogia também se propõe a tensionar as formas tradicionais de formulação e implementação de programas educacionais. Ela demanda uma escuta ativa das bases, protagonismo comunitário e descentralização das decisões. A política educacional, nesse modelo, deve nascer dos territórios, não ser imposta de cima para baixo.

A Pedagogia dos Movimentos também opera uma crítica radical às avaliações padronizadas. Para ela, o aprendizado não pode ser reduzido a números ou índices. O que importa é o desenvolvimento da consciência crítica, a capacidade de organização coletiva e o fortalecimento da identidade dos sujeitos. Avaliar é acompanhar processos, não medir resultados isolados.

Essa concepção também se manifesta na temporalidade da aprendizagem. Não há pressa nem padronização de ritmos. Aprende-se no tempo da vida, no tempo da luta, no tempo da comunidade. Esse tempo educativo não é fragmentado, mas contínuo, cíclico e aberto à reinvenção. É o tempo do encontro, do cuidado, da escuta e da construção compartilhada do futuro.

AULA 1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PEDAGOGIA DOS MOVIMENTOS

A compreensão dos fundamentos teóricos da Pedagogia dos Movimentos exige uma incursão crítica nas bases epistemológicas que sustentam esse campo. Essa pedagogia se diferencia das pedagogias tradicionais ao emergir da práxis social e das experiências políticas dos sujeitos coletivos. Não se trata apenas de uma nova metodologia, mas de uma nova forma de entender a educação enquanto dimensão constitutiva da luta social e do processo de emancipação.

Um dos pilares fundamentais dessa pedagogia é a noção freiriana de educação como prática da liberdade. Paulo Freire não apenas criticou o modelo bancário de ensino, mas propôs uma reconfiguração radical do papel do educador, do educando e do processo de conhecimento. A pedagogia do oprimido, ao se fundamentar no diálogo, na problematização e na consciência crítica, serve de matriz conceitual para a Pedagogia dos Movimentos.

No pensamento freiriano, ensinar exige a coragem de lutar contra as injustiças e não se restringe ao espaço escolar. Freire compreende o ato educativo como ação cultural e política, inserida em um contexto social e histórico. Esse pensamento oferece à Pedagogia dos Movimentos um alicerce teórico que legitima as práticas pedagógicas insurgentes, enraizadas nas vivências dos movimentos sociais.

Outro autor de destaque na consolidação dessa perspectiva é Antonio Gramsci. Sua concepção de intelectual orgânico é fundamental para repensar o papel do educador nos contextos populares. Gramsci afirma que todos os seres humanos são intelectuais, mas nem todos exercem a função de intelectual na sociedade. A pedagogia dos movimentos se apropria dessa ideia para reforçar a potência do saber popular e da produção coletiva de conhecimento.

Gramsci também destaca a importância da construção de uma contra-hegemonia cultural, entendida como a luta simbólica contra os valores dominantes impostos pelas classes dirigentes. A educação, nesse sentido, é central para a transformação da sociedade, pois atua na formação de um novo senso comum crítico e emancipador. A Pedagogia dos Movimentos se posiciona como instrumento dessa construção contra-hegemônica.

Marco Raúl Mejía, educador colombiano e teórico da educação popular, é outro autor crucial nesse campo. Ele propõe a noção de "pedagogia da pergunta", em que o ato de questionar é mais relevante do que responder. Para Mejía, os movimentos sociais devem ser espaços de produção pedagógica insurgente, capazes de articular memória, território e ação política. Sua abordagem reforça o caráter processual e coletivo do saber.

A pedagogia da pergunta tensiona a lógica tradicional do ensino, que valoriza respostas prontas e conhecimentos abstratos. Em vez disso, propõe uma educação investigativa, voltada à realidade concreta dos sujeitos. Essa perspectiva amplia as fronteiras da Pedagogia dos Movimentos ao reivindicar uma práxis educativa atenta à complexidade das opressões e à necessidade de construir alternativas emancipadoras.

A epistemologia do Sul, formulada por Boaventura de Sousa Santos, também exerce grande influência nesse campo. Boaventura critica o epistemicídio promovido pela colonialidade do saber, que silencia os conhecimentos produzidos fora do eixo eurocentrado. A Pedagogia dos Movimentos, ao incorporar essa crítica, reivindica os saberes populares, ancestrais e subalternos como fontes legítimas de produção do conhecimento.

Nesse sentido, a ecologia de saberes proposta por Boaventura é uma ferramenta teórica essencial. Ela propõe o diálogo entre diferentes formas de saber, em condição de horizontalidade e reconhecimento mútuo. A pedagogia que emerge dos movimentos sociais adota essa perspectiva ao valorizar práticas culturais diversas, como a oralidade, os rituais, as experiências comunitárias e os saberes tradicionais.

A interseccionalidade, conceito elaborado a partir do pensamento feminista negro, especialmente de autoras como Kimberlé Crenshaw e Ângela Davis, também é um fundamento relevante. Ela permite compreender como raça, gênero, classe e outras dimensões estruturam as experiências sociais e educativas. A Pedagogia dos Movimentos integra essa perspectiva ao reconhecer a complexidade dos sujeitos e das opressões que enfrentam.

Com essa base, a pedagogia em questão rejeita universalismos abstratos e aposta na construção de práticas educativas enraizadas nas especificidades culturais, territoriais e identitárias dos grupos sociais. Não se trata de adaptar os sujeitos a uma

norma preexistente, mas de reconstruir os parâmetros da própria educação a partir dos sujeitos e suas vivências. Isso exige escuta, sensibilidade e compromisso ético.

Além disso, a perspectiva decolonial, representada por autores como Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Catherine Walsh, fornece uma crítica radical à colonialidade do saber, do ser e do poder. Essa crítica é incorporada à Pedagogia dos Movimentos como forma de resistência às estruturas coloniais que ainda operam no campo educacional. Educar, nesse horizonte, é também descolonizar.

A decolonialidade implica repensar currículos, metodologias, linguagens e epistemologias que sustentam o projeto moderno-colonial. Os movimentos sociais, nesse contexto, tornam-se lugares de reexistência, onde outras formas de viver, aprender e ensinar são criadas. A pedagogia que se estrutura nesses espaços tem compromisso com a valorização das vozes silenciadas e dos modos de saber ancestrais.

Nesse conjunto de fundamentos, destaca-se ainda a centralidade da práxis como categoria articuladora da teoria e da prática. A práxis, para Freire e para a tradição marxista, é o exercício reflexivo da ação transformadora. A Pedagogia dos Movimentos não se contenta com a mera descrição da realidade: ela se propõe a transformá-la por meio de uma ação pedagógica consciente e crítica.

Essa transformação não ocorre de forma isolada, mas no seio da coletividade. Por isso, o trabalho coletivo e a organização comunitária são elementos constitutivos da Pedagogia dos Movimentos. A dimensão coletiva da aprendizagem rompe com o individualismo escolar e propõe uma educação baseada na solidariedade, na partilha e no cuidado mútuo.

A dimensão estética também deve ser considerada entre os fundamentos. A arte, a música, a poesia e as manifestações culturais populares não são ornamentos da prática pedagógica, mas centrais para a construção de sentidos. A estética da resistência, conceito desenvolvido por autores como Jacques Rancière e bell hooks, revela a potência política da expressão artística como ferramenta educativa.

A pedagogia estética proposta por bell hooks, por exemplo, articula amor, crítica e imaginação como elementos fundamentais da sala de aula engajada. Sua proposta de “ensinar a transgredir” está em sintonia com a pedagogia dos movimentos, ao afirmar que o ensino deve ser uma prática de liberdade e não de dominação.

Transgredir, nesse contexto, é romper com os padrões impostos e abrir espaço para a criação coletiva do novo.

A noção de pedagogia como arte de escutar, proposta por diversos educadores populares, também constitui um fundamento central. Escutar, nesse caso, não é apenas captar sons ou opiniões, mas acolher a alteridade em sua potência. A escuta ativa e sensível transforma a relação pedagógica, permitindo que o educador aprenda com a comunidade e reconfigure seu papel, deixando de ser o centro do processo e tornando-se parte dele.

Nesse mesmo horizonte, emerge a pedagogia da presença, que valoriza a dimensão afetiva e relacional do processo educativo. Estar presente implica compromisso, escuta e disponibilidade para o outro. Movimentos sociais que praticam a educação de forma orgânica reconhecem que a presença plena do educador e do educando é condição para a criação de vínculos e para o florescimento do conhecimento compartilhado.

A afetividade, muitas vezes negligenciada pela pedagogia tradicional, adquire centralidade nas práticas formativas dos movimentos. O vínculo afetivo entre educadores e educandos fortalece a confiança e permite a construção de um ambiente onde a aprendizagem é significativa. Como já dizia Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Essa mediação pelo mundo exige que o conteúdo educativo esteja em consonância com a realidade concreta dos sujeitos. A Pedagogia dos Movimentos parte do princípio de que todo conhecimento deve fazer sentido na vida dos educandos. Por isso, temas geradores, problemas do cotidiano, demandas sociais e históricas das comunidades tornam-se ponto de partida para a construção do saber.

Outro elemento fundamental é o reconhecimento da memória coletiva como fonte de saber. A história oral, as narrativas dos mais velhos, os relatos das lutas passadas e presentes são valorizados como pedagogia viva. Os movimentos resgatam a memória como ato político de resistência e reafirmação identitária, rompendo com a amnésia coletiva promovida pela lógica colonial e capitalista.

Nesse sentido, a educação torna-se um processo de ressignificação simbólica e política das identidades. Não se trata apenas de ensinar conteúdos, mas de afirmar modos de existência historicamente silenciados. Ao valorizar a história, a cultura e a

espiritualidade dos povos, a Pedagogia dos Movimentos constrói subjetividades fortes, conscientes e engajadas com a transformação do mundo.

A espiritualidade, inclusive, é outro fundamento relevante, especialmente em contextos indígenas, afro-brasileiros e de base comunitária. A pedagogia tradicional costuma marginalizar ou excluir essa dimensão. No entanto, muitos movimentos incorporam práticas espirituais como parte da formação integral dos sujeitos, reconhecendo que o ser humano é corpo, mente, emoção e espírito.

A complexidade dessa pedagogia exige também uma nova compreensão do tempo. O tempo do movimento não é o tempo cronológico da escola, fragmentado em horários e disciplinas. É um tempo vivido, comunitário, ancestral, que respeita os ciclos da vida e os ritmos da natureza. Aprender em movimento é estar atento aos tempos do corpo, da coletividade e da história.

O espaço, por sua vez, deixa de ser apenas suporte e torna-se sujeito pedagógico. O território é o livro aberto do qual se parte para compreender a realidade. As práticas educativas desenvolvidas nos movimentos fazem do chão, da rua, da floresta, da casa e da roça ambientes de aprendizagem. Essa pedagogia territorializada rompe com os muros escolares e amplia os horizontes do saber.

A corporeidade também é parte integrante da formação proposta pelos movimentos. O corpo, muitas vezes silenciado ou disciplinado pela escola tradicional, ganha centralidade como lugar de saber, memória e expressão. Danças, cantos, movimentos, expressões corporais são práticas pedagógicas que promovem o reconhecimento e a valorização da cultura local e das experiências individuais e coletivas.

É nesse contexto que a metodologia da roda ganha destaque. A roda, como símbolo de horizontalidade, diálogo e coletividade, é amplamente utilizada pelos movimentos sociais como espaço de escuta, partilha e aprendizagem. A roda desfaz hierarquias, promove a palavra, acolhe os silêncios e permite que cada sujeito se sinta parte do processo educativo.

A autonomia é outro princípio fundamental que atravessa os fundamentos teóricos dessa pedagogia. Os movimentos sociais, ao desenvolverem suas práticas educativas, buscam construir caminhos próprios, livres da tutela do Estado ou de

instituições hegemônicas. A autonomia pedagógica está ligada à soberania dos territórios e à capacidade de definir, de forma coletiva, os rumos da formação.

Esse princípio da autonomia se estende também à gestão do conhecimento. Nos movimentos, o conhecimento não é propriedade de especialistas ou de elites acadêmicas, mas um bem comum, a ser produzido, compartilhado e apropriado coletivamente. A democratização do saber é, portanto, um objetivo e um método dessa pedagogia.

Em síntese, a Pedagogia dos Movimentos articula diversos fundamentos teóricos que a tornam singular: o diálogo freiriano, a crítica gramsciana, a insurgência latino-americana, a decolonialidade epistêmica, a interseccionalidade, a afetividade, a corporeidade, a espiritualidade, o território e o tempo comunitário. Esses elementos não se organizam de forma linear, mas compõem uma malha complexa e viva.

Por isso, falar em fundamentos teóricos da Pedagogia dos Movimentos não é definir um corpo fechado de princípios, mas reconhecer uma constelação de referências em constante reconstrução. Essa pedagogia não se reduz a uma teoria aplicada, mas é um fazer teórico encarnado na prática política dos sujeitos. Seu caráter processual exige abertura, escuta e disposição permanente para o inédito.

A construção dos fundamentos da Pedagogia dos Movimentos é, portanto, um ato coletivo e situado. Cada movimento, ao elaborar suas práticas pedagógicas, contribui para o enriquecimento e a complexificação desse campo. Essa construção teórica é inseparável das vivências e das lutas. Ao mesmo tempo, ela serve de base para orientar novas práticas, fortalecer resistências e abrir caminhos para a utopia.

A Pedagogia dos Movimentos desafia os paradigmas dominantes e convoca educadores, pesquisadores e militantes a se engajarem em um projeto educativo comprometido com a transformação social. Seus fundamentos teóricos são, antes de tudo, práticas vivas, enraizadas nas experiências populares, e abertas ao diálogo com as epistemologias do mundo. É nessa riqueza que reside sua potência pedagógica.

AULA 2. EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONVERGÊNCIAS HISTÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS

A relação entre educação popular e movimentos sociais é profundamente histórica e epistemologicamente enraizada nos processos de resistência das classes populares. Desde os primeiros levantes camponeses, passando pelas lutas urbanas e sindicais, até os atuais movimentos feministas, indígenas, quilombolas e periféricos, a educação popular tem sido instrumento estratégico na construção de consciência crítica e mobilização social.

Ao longo da história da América Latina, a educação popular consolidou-se como uma resposta direta às opressões estruturais impostas pela colonização, pela ditadura e pelo capitalismo dependente. Seu caráter insurgente e contra-hegemônico faz dela uma pedagogia voltada à libertação e não à adaptação. A prática educativa torna-se, assim, uma ferramenta política de enfrentamento e superação das desigualdades.

Nos anos 1960 e 1970, a pedagogia de Paulo Freire tornou-se um marco internacional ao propor que o processo educativo deve partir da realidade concreta dos sujeitos. Essa abordagem inspirou inúmeras iniciativas educativas no seio dos movimentos sociais latino-americanos. As campanhas de alfabetização em zonas rurais, as escolas itinerantes e os círculos de cultura demonstraram a potência da educação popular como prática de transformação.

A articulação entre teoria e prática, característica da educação popular, fortaleceu os movimentos sociais ao lhes oferecer ferramentas para interpretar criticamente a realidade e elaborar estratégias de ação. Ao invés de esperar pela mudança institucional, os movimentos começaram a construir experiências autônomas de educação, vinculadas aos seus territórios, culturas e saberes específicos.

No Brasil, a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é emblemática. Desde sua fundação, o movimento incorporou a educação como eixo estratégico, criando escolas, centros de formação e universidades populares. A pedagogia adotada pelo MST dialoga com a tradição freiriana, mas também a reinventa, articulando agroecologia, territorialidade, memória e luta de classes.

A educação nas escolas do campo promove a formação integral dos sujeitos, valorizando sua cultura, seu modo de vida e seu engajamento político. Não se trata

apenas de acesso ao conhecimento formal, mas da construção de uma nova consciência de mundo. Essa experiência evidencia a convergência entre práticas educativas populares e organização política coletiva.

Outra experiência significativa é a das comunidades quilombolas, que desenvolvem práticas educativas centradas na ancestralidade, na oralidade e na valorização das raízes africanas. A educação quilombola é inseparável da luta por território, identidade e reconhecimento. Ao resistirem à imposição de currículos eurocêntricos, essas comunidades afirmam a legitimidade de seus próprios processos formativos.

Os movimentos indígenas também desenvolvem formas específicas de educação popular, baseadas em cosmologias próprias, em pedagogias circulares e na centralidade do coletivo. Nesses contextos, ensinar é transmitir saberes ancestrais, valores comunitários e espiritualidade. A educação, para esses povos, é vivida no cotidiano, nas relações com a natureza e nos rituais.

A educação popular, nesses moldes, revela-se como prática de descolonização do saber. Ela desafia a monocultura do conhecimento promovida pelo sistema escolar tradicional e propõe uma ecologia de saberes, conforme propõe Boaventura de Sousa Santos. Os movimentos sociais, nesse sentido, tornam-se espaços de produção epistemológica legítima e necessária.

Essa produção não ocorre de forma espontânea, mas é fruto de processos formativos intencionais. As escolas dos movimentos, os encontros comunitários, os fóruns populares e os centros de formação são instâncias fundamentais para o fortalecimento da pedagogia popular. Esses espaços promovem o encontro entre diferentes saberes e gerações, criando uma rede viva de aprendizagem coletiva.

A pedagogia da presença, a escuta ativa e o respeito ao tempo do outro são marcas desses processos formativos. Ao contrário do ensino transmissivo e impessoal, a educação popular promove vínculos, afetos e responsabilidade coletiva. O educador, nesses contextos, é também educando, e sua prática está constantemente atravessada pela autocrítica e pela transformação mútua.

A convergência entre educação popular e movimentos sociais também se expressa nas metodologias utilizadas. O método do diálogo, os círculos de cultura, as assembleias, as oficinas criativas e as vivências são ferramentas pedagógicas que

permitem a construção compartilhada do conhecimento. Não há verdades prontas, mas perguntas geradoras que despertam a reflexão crítica.

Essa metodologia propicia a construção de uma leitura do mundo fundamentada na realidade concreta dos sujeitos. A leitura crítica da realidade, como propunha Freire, é o primeiro passo para a ação transformadora. Os movimentos sociais, ao adotarem essas práticas, promovem a formação política de seus membros e a construção de um projeto coletivo de sociedade.

A formação política é, portanto, uma dimensão inseparável da educação popular nos movimentos. Formar politicamente não significa doutrinar, mas desenvolver a capacidade crítica, a autonomia intelectual e o compromisso ético com a transformação. É nesse processo que os sujeitos se reconhecem como protagonistas de sua história e de sua comunidade.

Além disso, a educação popular desafia os critérios tradicionais de avaliação. Nos movimentos, o êxito educativo não é medido por provas padronizadas ou rankings, mas pela capacidade de organização coletiva, de resistência e de elaboração de alternativas. O êxito está na formação de sujeitos críticos, solidários e capazes de intervir na realidade de forma transformadora.

O vínculo entre educação popular e movimentos sociais também se manifesta nas pedagogias feministas. As mulheres organizadas em diversos coletivos têm construído saberes próprios, que denunciam as opressões de gênero e afirmam novas formas de cuidado, trabalho e convivência. As rodas de conversa, os círculos de mulheres e os encontros formativos são práticas pedagógicas feministas e populares.

As pedagogias negras também são expressão dessa convergência, ao articularem ancestralidade, combate ao racismo e afirmação de identidades. Movimentos como o Movimento Negro Unificado, os coletivos de juventude negra e os terreiros de candomblé são espaços educativos potentes, nos quais o saber é vivido, sentido e transmitido com base em práticas comunitárias e espirituais.

A cidade, por sua vez, também é lugar de produção de pedagogias populares. As ocupações urbanas, os movimentos de moradia, os centros culturais periféricos e os saraus funcionam como escolas vivas da resistência. Nessas experiências, a arte, a cultura e a política se entrelaçam, formando sujeitos conscientes, críticos e ativos em seus territórios.

A educação popular nas cidades também evidencia uma pedagogia do território, onde os espaços urbanos são compreendidos como campos simbólicos e políticos de disputa. Praças, ruas, ocupações e centros comunitários tornam-se espaços de aprendizagem, resistência e produção cultural. Essas pedagogias urbanas desafiam os modelos escolares formais e constroem novos sentidos para a educação.

Essas práticas urbanas muitas vezes articulam elementos artísticos e culturais que favorecem a formação integral. O hip hop, o slam, o grafite e o teatro do oprimido são estratégias educativas que mobilizam a sensibilidade e a crítica. Ao integrar arte e política, os movimentos populares urbanos constroem pedagogias que valorizam a linguagem estética como forma de luta e afirmação de identidade.

A intergeracionalidade é outro princípio presente nas experiências educativas populares. A convivência entre gerações permite a transmissão de saberes, valores e narrativas. Nos movimentos, os mais velhos são reconhecidos como guardiões da memória e da história coletiva. Essa pedagogia do respeito e da escuta valoriza a sabedoria da experiência como parte do processo formativo.

A oralidade, por sua vez, ocupa papel central na transmissão do conhecimento. Em contextos populares, onde a tradição escrita nem sempre é predominante, a fala, a narrativa e a escuta constroem laços e sentidos. Essa pedagogia da palavra desafia a valorização exclusiva da escrita e convida ao reconhecimento das múltiplas linguagens como veículos legítimos do saber.

A espiritualidade, muitas vezes invisibilizada no discurso educacional hegemônico, ganha destaque em muitas práticas educativas populares. Em terreiros, aldeias, comunidades tradicionais e movimentos religiosos de base, a dimensão espiritual é compreendida como parte da formação integral do sujeito. Essa pedagogia espiritualizada rompe com o dualismo entre razão e fé e promove uma visão ampliada do ser humano.

Além disso, os movimentos sociais populares constroem experiências formativas autogestionárias. Ao recusarem a lógica hierárquica da escola tradicional, esses coletivos desenvolvem modelos organizativos horizontais, baseados na partilha de responsabilidades, no diálogo e na corresponsabilidade. Essa gestão coletiva da educação é, em si, um ato pedagógico de formação para a democracia e para a autonomia.

A pedagogia dos movimentos, ao se entrelaçar com a educação popular, revela o papel político dos processos educativos. Educar não é apenas formar indivíduos, mas formar sujeitos históricos, capazes de compreender as estruturas de dominação e propor novas formas de convivência e justiça. A educação popular é, nesse sentido, parte do projeto de emancipação social.

Importante destacar que essa pedagogia não é isenta de conflitos, tensões e desafios. Os movimentos precisam enfrentar contradições internas, disputas ideológicas e limites estruturais. Ainda assim, é no enfrentamento desses desafios que se fortalece a práxis educativa, reafirmando o compromisso ético com a transformação social e com a construção de alternativas sustentáveis.

Os fundamentos epistemológicos da educação popular nos movimentos sociais revelam uma crítica profunda à lógica colonial, capitalista e patriarcal do conhecimento. A produção de saber passa a ser entendida como processo coletivo, situado, experiencial e dialógico. Essa ruptura epistemológica amplia as possibilidades de construção de um novo paradigma educacional.

Essa ruptura também exige uma nova postura por parte do educador. Ao invés de transmissor de conteúdos, ele torna-se mediador, facilitador, aprendiz. A escuta, o respeito, a humildade e o compromisso político são qualidades indispensáveis para quem atua em processos formativos nos movimentos. A autoridade cede lugar à alteridade e à horizontalidade na relação pedagógica.

Em síntese, a convergência entre educação popular e movimentos sociais dá origem a uma pedagogia potente, plural e viva. Trata-se de uma pedagogia em movimento, construída a partir da vida real dos sujeitos e orientada pela utopia de uma sociedade justa, solidária e emancipada. É uma pedagogia que não apenas ensina, mas transforma, reconstrói e sonha coletivamente.

Ao valorizar as práticas formativas populares, reconhecemos que a educação não pertence exclusivamente à escola nem à academia. Ela está presente nas ruas, nas florestas, nas comunidades e nas lutas cotidianas. Ao caminhar com os movimentos, a educação popular reafirma que o saber é um direito coletivo, uma ferramenta de liberdade e um caminho possível para a reinvenção do mundo.

AULA 3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS E METODOLOGIAS

As práticas pedagógicas desenvolvidas nos movimentos sociais revelam um campo fértil de inovação metodológica, profundamente vinculado às realidades locais e às lutas por direitos. Longe de serem improvisações, essas práticas são construídas com intencionalidade política, diálogo comunitário e articulação entre saberes tradicionais e críticos. Elas emergem como estratégias de resistência e de produção de autonomia.

A pedagogia praticada nos movimentos rejeita a fragmentação disciplinar típica da escola tradicional. Ao contrário, privilegia uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, que parte dos problemas reais enfrentados pelas comunidades. Essa pedagogia do território permite que os sujeitos articulem os saberes escolares com suas práticas culturais, ambientais e políticas cotidianas.

Um exemplo emblemático dessas práticas é a criação de escolas do campo, indígenas e quilombolas, que se organizam de forma autônoma e democrática. Essas escolas adotam calendários flexíveis, integram atividades produtivas, rituais culturais e ações políticas em seu currículo. O ensino é desenvolvido em conexão com o modo de vida local e com a luta pelo reconhecimento de direitos coletivos.

Nas escolas do Movimento Sem Terra, por exemplo, o trabalho com a terra, a agroecologia e a organização comunitária são parte integrante do processo pedagógico. As crianças aprendem plantando, colhendo, debatendo e construindo coletivamente o conhecimento. A pedagogia do trabalho, inspirada por Freire e Makarenko, é ressignificada como prática educativa libertadora e produtiva.

Outro aspecto relevante é o uso de metodologias participativas, que priorizam a escuta e a construção coletiva do saber. Técnicas como mapeamento comunitário, rodas de conversa, oficinas temáticas, teatro do oprimido, vivências sensoriais e projetos integradores são amplamente utilizadas. Essas metodologias estimulam o protagonismo dos participantes e fortalecem o vínculo entre educação e vida.

A pedagogia da alternância, aplicada especialmente em escolas familiares agrícolas, é outra metodologia significativa. Nesse modelo, os alunos alternam períodos de formação teórica com períodos de vivência prática em suas comunidades. Essa

metodologia promove a articulação entre teoria e prática e reforça a valorização do saber local, estimulando a autonomia e a responsabilidade social.

A dimensão estética das práticas pedagógicas nos movimentos é igualmente central. As manifestações culturais, artísticas e simbólicas são compreendidas como linguagens legítimas de formação. A música, o teatro, a poesia, o grafite e a dança não são atividades paralelas, mas parte constitutiva do processo educativo. Essa pedagogia estética valoriza a sensibilidade, a criatividade e a memória coletiva.

A oralidade é uma prática pedagógica recorrente e valorizada, sobretudo em contextos indígenas, quilombolas e populares. Narrativas, contações de histórias, mitos e conversas informais são meios de transmissão de saberes ancestrais e de experiências vividas. A oralidade rompe com o monopólio da escrita como critério de legitimidade do saber e fortalece a dimensão comunitária do aprendizado.

A espiritualidade, muitas vezes marginalizada nas práticas educacionais tradicionais, ocupa espaço central em diversos movimentos. Em contextos indígenas, afro-brasileiros e de religiosidade popular, a educação está intrinsecamente ligada aos rituais, às crenças e às cosmologias. Essas práticas pedagógicas integram espiritualidade e política, ampliando a compreensão do ser humano e da vida em coletividade.

As práticas pedagógicas nos movimentos também desafiam os modelos hierárquicos de gestão escolar. A autogestão e a democracia direta são princípios organizativos fundamentais. Assembleias, conselhos comunitários, colegiados e comissões paritárias são espaços de deliberação que envolvem educadores, educandos e comunidade na construção do projeto político-pedagógico.

A relação entre educador e educando é pautada pela horizontalidade e pela reciprocidade. O educador não é autoridade absoluta, mas companheiro de caminhada. Sua função é provocar a reflexão, fomentar o diálogo e construir junto com os sujeitos a trilha do conhecimento. Esse reposicionamento exige constante escuta, humildade e disposição para o aprendizado mútuo.

O tempo pedagógico também é ressignificado. Não se trata mais de horários rígidos e sequências inflexíveis, mas de tempos orgânicos, que respeitam os ritmos da vida comunitária e da natureza. As atividades pedagógicas seguem o ciclo das estações, das colheitas, dos rituais, das lutas sociais. O tempo deixa de ser cronológico e passa a ser vivido de forma coletiva e integrada.

A construção do currículo nas experiências populares não é imposta, mas construída coletivamente. Os temas geradores, conforme sugerido por Paulo Freire, são extraídos da realidade concreta das comunidades. O currículo é vivo, flexível e em permanente construção, permitindo que os conteúdos escolares dialoguem com as experiências locais, os saberes ancestrais e os desafios do presente.

A avaliação é entendida como acompanhamento de processos, e não como instrumento de controle ou exclusão. Avalia-se por meio de rodas de diálogo, observações participativas, autoavaliações e registros coletivos. A avaliação torna-se uma prática reflexiva, integradora e formativa, fortalecendo o protagonismo dos sujeitos e promovendo a consciência crítica.

As práticas pedagógicas nos movimentos também são marcadas pela coletividade. O trabalho em grupo, os mutirões, as assembleias e as vivências solidárias são práticas que desenvolvem o senso de comunidade e responsabilidade. A aprendizagem ocorre na ação, na convivência, na partilha e no cuidado mútuo, rompendo com o individualismo que marca o modelo escolar tradicional.

Outro elemento distintivo é a valorização da memória histórica. As práticas pedagógicas são atravessadas por relatos de luta, resistência, conquista e dor. A história local é matéria viva do currículo, e os sujeitos são convidados a reconhecer-se como parte de uma trajetória coletiva. A memória é trabalhada como ato político e pedagógico de fortalecimento da identidade e do pertencimento.

As práticas pedagógicas nos movimentos não se limitam ao espaço educativo formal, expandindo-se para os territórios, feiras, festas, cultos e manifestações públicas. Esses eventos são compreendidos como momentos formativos, nos quais os saberes circulam, as identidades se afirmam e os sujeitos se fortalecem politicamente. A rua, o campo, a floresta e a comunidade são espaços pedagógicos vivos.

Essa expansão do espaço educativo permite que a aprendizagem se relacione diretamente com o cotidiano e com os processos de luta e organização. A pedagogia, nesse contexto, é vivida na prática, nos conflitos, nos encontros e nas decisões coletivas. Aprende-se organizando assembleias, construindo hortas, participando de atos públicos ou desenvolvendo projetos culturais.

As experiências pedagógicas dos movimentos também revelam a importância da interculturalidade. Ao integrar diferentes visões de mundo, cosmologias e saberes,

essas práticas rompem com a lógica monocultural da escola hegemônica. A interculturalidade promove o respeito à diversidade e valoriza o diálogo entre tradições distintas, fortalecendo a dimensão democrática da educação.

A pedagogia dos movimentos é marcada por sua capacidade de dialogar com outras lutas e experiências educativas. Há trocas constantes entre movimentos do campo e da cidade, entre organizações populares e coletivos culturais, entre escolas comunitárias e universidades críticas. Essas articulações constroem redes de solidariedade pedagógica e ampliam a potência transformadora da prática educativa.

A formação de educadores populares é uma dimensão estratégica dessas práticas. Os movimentos desenvolvem processos próprios de formação, com base na experiência, no compromisso político e na escuta ativa. Encontros, jornadas, vivências e processos de autoformação compõem os percursos formativos, nos quais o educador aprende com a comunidade e se reinventa constantemente.

Esses processos formativos privilegiam a articulação entre teoria e prática, valorizando o saber da experiência e promovendo a leitura crítica da realidade. A formação é coletiva, dialógica e permanente, rompendo com os modelos tecnicistas e padronizados de capacitação. O educador é compreendido como sujeito ético-político, cuja prática é também um exercício de militância.

As práticas pedagógicas dos movimentos também incorporam a dimensão do cuidado como eixo formativo. O cuidado com a terra, com o corpo, com os vínculos e com a ancestralidade é parte integrante da educação. Essa pedagogia do cuidado reforça os valores da solidariedade, da empatia e da responsabilização mútua, contrapondo-se à lógica competitiva e utilitarista dominante.

A ecopedagogia, como vertente emergente, dialoga profundamente com as práticas educativas dos movimentos que lutam pela terra, pela água, pelas florestas e pelo bem viver. A natureza é entendida como sujeito pedagógico, e os processos formativos são desenvolvidos com base na observação, na convivência e na reciprocidade com os elementos naturais. Trata-se de uma pedagogia ecológica, crítica e sensível.

As metodologias utilizadas pelos movimentos são continuamente reinventadas. Elas não seguem manuais fixos, mas adaptam-se às necessidades e características dos contextos. Essa flexibilidade metodológica é, por si, uma prática

crítica, que recusa o engessamento e aposta na criatividade pedagógica como força de transformação. A experiência torna-se fonte legítima de produção de saber.

Por fim, as práticas pedagógicas nos movimentos sociais demonstram que a educação pode ser um processo profundamente enraizado na vida e voltado à construção coletiva de um outro mundo possível. São práticas que revelam o poder da pedagogia como ferramenta de resistência, criação e emancipação, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a justiça social.

Plágio é Crime, Lei Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Direitos Reservados Jurídicos Arbe®



AULA 4. A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO COLETIVO: FORMAÇÃO, IDENTIDADE E LUTA

A construção do sujeito coletivo é uma das dimensões mais potentes da pedagogia praticada nos movimentos sociais. Trata-se de um processo que transcende a individualidade e aposta na formação de uma consciência social enraizada na experiência comum, na luta compartilhada e na solidariedade. Esse sujeito coletivo não é uma abstração, mas um ser político que emerge das contradições do cotidiano.

A pedagogia dos movimentos valoriza a coletividade como forma de resistência e como estratégia de produção de saber. Ela se opõe ao individualismo liberal, típico das pedagogias tradicionais, e propõe uma visão comunitária da formação humana. Nessa perspectiva, o conhecimento não é propriedade privada, mas construção social, e o processo educativo é inseparável da vida em grupo.

A identidade do sujeito coletivo é forjada nas práticas sociais, nos vínculos afetivos e nas narrativas compartilhadas. A construção dessa identidade implica reconhecimento mútuo, memória histórica e pertencimento territorial. Ao partilhar histórias, dores, conquistas e esperanças, os sujeitos constroem um “nós” político e pedagógico, capaz de transformar a realidade.

Essa identidade coletiva não é homogênea nem essencialista. Ao contrário, ela é plural, dinâmica e constantemente tensionada pelas diferenças de gênero, etnia, classe, religião e geração. A pedagogia dos movimentos reconhece essas tensões e aposta na construção de consensos parciais, sem apagar a diversidade. A unidade é construída na convivência e no diálogo, não na imposição.

A formação do sujeito coletivo envolve, necessariamente, a escuta ativa e o exercício da alteridade. Ninguém se constitui como sujeito no isolamento; é no encontro com o outro que se aprende a ser. A pedagogia do encontro, inspirada por Freire, propõe uma educação relacional, afetiva e ética, que valoriza o olhar, a escuta e a partilha como fundamentos do processo formativo.

Os movimentos sociais, ao promoverem espaços formativos coletivos, contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a constituição de vínculos duradouros. Acampamentos, assembleias, oficinas, rodas de

conversa e mutirões são práticas educativas que favorecem o surgimento de laços comunitários e o exercício da solidariedade como valor formativo.

A construção do sujeito coletivo também se dá por meio da memória. Os relatos das lutas passadas, das resistências históricas e das experiências ancestrais são constantemente retomados nos espaços educativos dos movimentos. A memória, nesse contexto, é uma forma de resistência e de afirmação identitária, permitindo que os sujeitos reconheçam-se como herdeiros de uma trajetória de luta.

A pedagogia da memória fortalece a autoestima coletiva, valoriza a trajetória dos mais velhos e legitima os saberes tradicionais. Em comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, a transmissão oral das histórias familiares, das mitologias e das práticas culturais é central na formação das novas gerações. Trata-se de uma pedagogia intergeracional que articula tempo, território e identidade.

A espiritualidade também desempenha um papel importante na construção do sujeito coletivo. Para muitos movimentos, especialmente os de base comunitária, a dimensão espiritual está inseparavelmente ligada à formação humana. Os rituais, as celebrações, os símbolos e os cantos fortalecem os vínculos, alimentam a esperança e sustentam a luta. A espiritualidade coletiva é uma pedagogia do sentido.

A construção do sujeito coletivo passa ainda pela vivência da dor e do conflito. A luta social é atravessada por perdas, frustrações, repressões e retrocessos. A pedagogia dos movimentos não ignora essas dores, mas as reconhece como parte da formação. A escuta do sofrimento, a elaboração coletiva do luto e o cuidado mútuo são práticas pedagógicas que humanizam a resistência.

Outro elemento fundamental é a articulação entre identidade e luta. O sujeito coletivo não é apenas aquele que se reconhece no grupo, mas aquele que atua politicamente em nome dele. A formação política nos movimentos envolve a passagem da indignação à ação, da consciência à organização. Essa transição é pedagógica e implica desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade.

A identidade coletiva se consolida na ação. A participação em assembleias, marchas, ocupações, jornadas e projetos comunitários é formativa. É no fazer coletivo que os sujeitos descobrem suas potências, elaboram estratégias e constroem novas formas de viver. A pedagogia da ação valoriza a prática como espaço de aprendizagem e a luta como espaço de criação de novos sentidos.

A pedagogia da escuta é também uma ferramenta fundamental nesse processo. Ouvir o outro, acolher suas narrativas, reconhecer sua voz e respeitar sua trajetória são gestos pedagógicos que fortalecem a construção coletiva do saber. A escuta é política, pois rompe com o silenciamento imposto pela dominação e abre espaço para a emergência de novas subjetividades.

O sujeito coletivo, por sua vez, é também um sujeito pedagógico. Ele ensina pela ação, pelo exemplo, pela resistência. Ele educa nas ruas, nos campos, nas florestas e nas periferias. A sua existência é uma aula viva sobre dignidade, organização, solidariedade e luta. A presença do sujeito coletivo reconfigura a relação com o espaço educativo e desafia as formas instituídas de ensino.

A formação do sujeito coletivo se enraíza na prática cotidiana dos movimentos sociais. Cada reunião comunitária, cada assembleia, cada momento de mobilização se transforma em oportunidade de aprendizagem. Nesses espaços, as pessoas se reconhecem como parte de um todo, compreendendo que sua força individual se potencializa no coletivo e que a ação compartilhada amplia os horizontes de transformação.

Essa aprendizagem coletiva não ocorre de forma linear ou formalizada, mas é profundamente orgânica, vinculada à realidade e à experiência. É uma pedagogia do cotidiano, que valoriza a vivência como fonte de saber e a relação interpessoal como eixo formativo. A convivência se torna, assim, campo de formação política, ética e afetiva, estruturando o sujeito coletivo.

A linguagem utilizada nos espaços formativos é também elemento pedagógico fundamental. A valorização da linguagem acessível, da escuta ativa e da expressão plural possibilita que todos os sujeitos se sintam incluídos e respeitados. A comunicação horizontal, livre de tecnicismos excludentes, é condição para o exercício democrático e para a construção de vínculos sólidos e horizontais.

O sujeito coletivo é aquele que compartilha sonhos, projetos e práticas. Sua identidade está ancorada em valores comuns, como solidariedade, justiça social, defesa da vida e compromisso com o bem comum. Esses valores não são impostos, mas construídos no diálogo, no conflito e na convivência. A educação, nesse contexto, é ato fundante de pertencimento e coautoria.

Os movimentos sociais compreendem que a formação não pode se restringir ao discurso, exigindo coerência entre palavras e ações. A pedagogia do exemplo, que valoriza a prática como elemento educador, tem papel decisivo na construção do sujeito coletivo. O educador, nesse contexto, educa pelo que faz, pela maneira como vive e se posiciona diante do mundo.

O sujeito coletivo também é resultado de um processo de politização. Ele se forma na leitura crítica da realidade, na análise dos contextos históricos e na identificação das estruturas de poder. O ato educativo, portanto, está sempre imerso na disputa política e na elaboração de projetos alternativos. A pedagogia dos movimentos é, ao mesmo tempo, formadora e organizadora.

Nas experiências comunitárias, o sujeito coletivo aprende a negociar, a ouvir, a decidir e a assumir responsabilidades. Essas práticas cotidianas formam uma ética da convivência e da corresponsabilidade, fundamentais para a sustentabilidade das lutas e para o fortalecimento das identidades. A participação, nesse contexto, não é um direito abstrato, mas uma prática viva e constante.

A formação do sujeito coletivo também envolve a consciência de pertença territorial. O vínculo com o território, com suas histórias, recursos e simbologias, é estruturante da identidade coletiva. Conhecer o lugar onde se vive, defendê-lo e cuidá-lo tornam-se gestos políticos e pedagógicos, reforçando o enraizamento cultural e a soberania comunitária.

Os movimentos sociais também constroem sujeitos coletivos ao promoverem a valorização dos saberes locais. Ao reconhecer as práticas de cura, os modos de cultivo, as formas de organização tradicional, os conhecimentos das mulheres e dos anciãos, os movimentos reafirmam a legitimidade das epistemologias populares. Essa valorização fortalece o protagonismo e a autoestima coletiva.

A formação estética do sujeito coletivo também é promovida por meio da arte engajada. A música, o teatro, o cinema, a poesia e o grafite são linguagens utilizadas como expressão da identidade e como instrumentos de denúncia e mobilização. Essas manifestações fortalecem os vínculos, emocionam, provocam e ensinam, sendo parte integrante do processo formativo coletivo.

A construção do sujeito coletivo é, assim, pedagógica e política. Ela se faz na práxis e se alimenta do desejo de transformação social. Os movimentos compreendem

que ninguém se emancipa sozinho, e por isso investem em processos formativos que transcendam o individualismo e resgatem a potência da ação comum. O “nós” é o ponto de partida e o horizonte da formação.

Essa concepção exige também uma reconfiguração dos espaços educativos. A sala de aula se expande para a comunidade, a roda substitui o púlpito, a escuta substitui a imposição, e o diálogo substitui a doutrinação. O ambiente educativo torna-se espaço de encontro, de produção simbólica, de escuta e de elaboração coletiva. A pedagogia do comum se realiza no cotidiano.

A construção do sujeito coletivo é também uma pedagogia da esperança. Ao partilhar dores, sonhos e projetos, os sujeitos constroem a possibilidade de um mundo diferente. Essa esperança não é ingênua, mas ativa e organizada. É uma esperança que se traduz em práticas, em formação política e em ações concretas. Educar, nesse horizonte, é manter viva a aposta na transformação.

Em síntese, o sujeito coletivo não é um ente abstrato, mas uma construção viva e em movimento. Ele se constitui nos encontros, nos conflitos, nas decisões e nas ações que articulam identidade, território e luta. Sua formação exige tempo, escuta, vínculo e compromisso, e é alimentada por práticas educativas que afirmam a vida, a dignidade e a potência da coletividade.

Plágio é Crime, Lei Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Direitos Reservados Editora ARBE®



AULA 5. PEDAGOGIA DA RESISTÊNCIA: CONFLITOS, ENFRENTAMENTOS E ESTRATÉGIAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A pedagogia da resistência é uma vertente fundamental da Pedagogia dos Movimentos, pois emerge do enfrentamento cotidiano às diversas formas de opressão. Sua potência reside na capacidade de transformar dor em força, repressão em luta e silenciamento em palavra. É uma pedagogia que se constrói a partir do conflito, da denúncia e da criação de estratégias para resistir e transformar.

Essa pedagogia nasce nos territórios onde o Estado se ausenta ou atua de forma violenta. Nas periferias urbanas, nos assentamentos rurais, nas aldeias e nas comunidades tradicionais, a resistência é mais do que uma postura política — é uma necessidade de sobrevivência. A educação, nesses contextos, é um instrumento de defesa, de identidade e de mobilização coletiva.

Resistir é, antes de tudo, recusar a lógica da dominação e afirmar a legitimidade de outros modos de vida. Os movimentos sociais, ao produzirem práticas educativas próprias, criam uma pedagogia que se opõe à exclusão, ao racismo, à exploração e ao patriarcado. Essa recusa é ativa, organizada e pedagógica, orientando a construção de alternativas viáveis e sustentáveis.

A pedagogia da resistência é também a pedagogia do inacabamento, como propôs Paulo Freire. Ela reconhece que o ser humano é um ser em construção e que a educação deve promover a consciência crítica e a autonomia. Ao resistir, os sujeitos tornam-se conscientes de sua condição histórica e se colocam em movimento para transformá-la. A resistência é, assim, uma forma de afirmação da humanidade.

Nos movimentos sociais, resistir significa organizar, formar, comunicar e mobilizar. Cada reunião, cada roda de conversa, cada ato público é uma aula de cidadania e de enfrentamento das estruturas opressoras. A pedagogia da resistência valoriza esses momentos como espaços formativos, nos quais o saber não apenas circula, mas se produz e se fortalece na prática.

A construção de estratégias de resistência requer leitura crítica da realidade, capacidade de articulação e clareza de objetivos. Os sujeitos envolvidos nesses processos formam-se politicamente na análise de conjuntura, na interpretação das

contradições sociais e na elaboração de respostas coletivas. A resistência, nesse caso, não é reação imediata, mas ação consciente e planejada.

Os conflitos são elementos inevitáveis e formadores dentro dos movimentos. Eles podem ser internos — entre lideranças, entre gerações ou entre visões de mundo — ou externos — com o Estado, com o capital ou com outras organizações sociais. A pedagogia da resistência não evita o conflito, mas o reconhece como oportunidade de crescimento, de maturação e de reconstrução dos vínculos.

A escuta, o diálogo e a mediação são ferramentas pedagógicas utilizadas para lidar com os conflitos internos. Nessas situações, o objetivo não é apagar as diferenças, mas construir consensos possíveis e respeitar os limites éticos da convivência. A pedagogia da resistência valoriza a diversidade como riqueza e trabalha a partir da pluralidade para fortalecer o coletivo.

Nos enfrentamentos com o poder instituído, a resistência assume formas diversas: ocupações, marchas, greves, campanhas de denúncia, incidência política e articulação em redes. Cada uma dessas estratégias é acompanhada de processos formativos que explicam seus sentidos, seus riscos e seus objetivos. A formação política é, assim, condição para uma resistência qualificada e sustentável.

A repressão estatal é um dos principais desafios enfrentados pelos movimentos. Criminalizações, despejos, violências policiais e ameaças exigem preparo, solidariedade e resiliência. A pedagogia da resistência ensina a manter a firmeza diante da repressão, a fortalecer os laços comunitários e a reinventar os meios de luta. A resistência se faz também com afeto e com cuidado.

O cuidado é um componente estratégico da resistência. Proteger os corpos, acolher os traumas, amparar os atingidos e manter a esperança são atos pedagógicos fundamentais. A pedagogia do cuidado, ao se integrar à pedagogia da resistência, promove uma educação que não apenas denuncia a violência, mas também cria espaços de reconstrução emocional e de dignidade coletiva.

As mulheres têm papel central nas estratégias de resistência. Elas ocupam espaços de liderança, promovem redes de cuidado e constroem pedagogias feministas que denunciam o machismo estrutural e afirmam outras formas de organização. A resistência das mulheres é formativa, política e sensível, contribuindo para uma pedagogia que valoriza a vida em todas as suas dimensões.

A juventude também protagoniza processos formativos de resistência, seja nas ocupações de escolas, nos coletivos culturais ou nas lutas por direitos. Sua linguagem, sua criatividade e sua ousadia renovam as estratégias e ampliam os horizontes da pedagogia. A pedagogia da resistência se alimenta dessa energia, reconhecendo os jovens como sujeitos produtores de saber e de transformação.

As práticas culturais são aliadas fundamentais da resistência. A música, o grafite, o teatro, a dança e o audiovisual são linguagens que denunciam as injustiças, mobilizam afetos e fortalecem a identidade coletiva. A arte é pedagógica porque emociona, provoca e forma. Os movimentos reconhecem esse poder e utilizam a cultura como ferramenta de luta e de educação crítica.

A comunicação popular é outra estratégia essencial na pedagogia da resistência. Jornais murais, rádios comunitárias, panfletos, redes sociais e blogs são instrumentos de contra-informação que fortalecem a autonomia comunicacional dos movimentos. Esses meios não apenas denunciam, mas também formam, criando narrativas próprias e ampliando o alcance das lutas.

A formação de lideranças é uma prática pedagógica estratégica para garantir a continuidade e a sustentabilidade das lutas. Os movimentos investem na formação política, ética e técnica de suas lideranças, promovendo processos permanentes de aprendizagem coletiva. Essa formação não busca criar hierarquias, mas fortalecer a capacidade de mediação, escuta e articulação no coletivo.

A resistência também se materializa na construção de experiências alternativas de vida. Comunidades autogestionadas, cooperativas de produção, bancos comunitários e escolas populares são exemplos de projetos pedagógicos de resistência. Eles demonstram que é possível construir outros mundos possíveis, aqui e agora, a partir da solidariedade, da justiça e do cuidado.

A resiliência é cultivada nas práticas de convivência, nas redes de apoio e na partilha de saberes. Nos momentos de crise, os movimentos se apoiam na força do coletivo, na memória das conquistas e na esperança renovada. Essa pedagogia da persistência ensina que mesmo diante das derrotas é possível aprender, reorganizar-se e seguir lutando.

A espiritualidade popular, presente em muitos movimentos, é um recurso pedagógico de fortalecimento diante das adversidades. O canto, a reza, o ritual e a

celebração reafirmam o sentido da luta e alimentam o ânimo coletivo. A fé, nesse contexto, não é alienação, mas força ética e simbólica que sustenta a ação transformadora e inspira resistência.

A resistência também é pedagógica porque amplia o horizonte da crítica. Ao denunciar o que oprime, os sujeitos são desafiados a pensar o que pode libertar. Cada ação de resistência é acompanhada de reflexão, análise e reelaboração de estratégias. A crítica permanente se torna uma prática educativa em si mesma, que estimula a vigilância política e a reinvenção da ação.

A pedagogia da resistência, no entanto, não se sustenta sem afeto. O amor, conforme propunha Paulo Freire, é uma dimensão essencial da prática educativa. Amar a vida, as pessoas, a natureza e o futuro é o que move os sujeitos a resistirem. A pedagogia da resistência é, por isso, também a pedagogia do amor que transforma e do amor que denuncia.

O humor e a alegria também fazem parte das estratégias pedagógicas dos movimentos. A resistência não é só sacrifício, mas também celebração. Rir, cantar, dançar e brincar são formas de afirmar a vida e de construir vínculos. Essas práticas leves e criativas mantêm a coesão do grupo e ajudam a enfrentar a dureza das lutas com humanidade e esperança.

A pedagogia da resistência se articula com uma ética radicalmente comprometida com a justiça social, com os direitos humanos e com a dignidade dos povos. Essa ética orienta as decisões, os métodos e os objetivos dos processos formativos. Ela exige coerência entre discurso e prática, entre os princípios defendidos e as ações realizadas no cotidiano dos movimentos.

Por fim, a pedagogia da resistência é uma pedagogia do futuro. Ela não apenas reage às opressões do presente, mas antecipa possibilidades. É uma prática educativa que projeta mundos novos, que forma sujeitos para a esperança ativa e que constrói alternativas concretas. Resistir, nesse horizonte, é um gesto pedagógico e político que aposta na vida e no poder transformador da coletividade.

AULA 6. UNIVERSIDADE POPULAR, SABERES INSURGENTES E INTERCÂMBIOS PEDAGÓGICOS

A ideia de universidade popular emerge como uma proposta contra-hegemônica de democratização do conhecimento e superação das hierarquias epistêmicas. Diferente da universidade tradicional, centrada no academicismo e na lógica meritocrática, a universidade popular busca articular os saberes acadêmicos aos saberes produzidos nos territórios, nas lutas e nas experiências populares.

Trata-se de uma proposta que desafia a lógica colonial e excludente que historicamente estruturou o ensino superior. A universidade popular reconhece que há conhecimento legítimo fora dos muros da academia e que os sujeitos populares são produtores de saberes válidos, consistentes e transformadores. Essa proposta rompe com a ideia de que só há ciência onde há laboratório, tese e diploma.

A universidade popular, enquanto projeto político-pedagógico, reivindica a abertura da academia para os povos do campo, das águas, das florestas, das periferias urbanas e das comunidades tradicionais. Ela propõe a inversão da lógica do ensino: não mais levar conhecimento aos pobres, mas acolher e dialogar com os saberes que deles emergem. É uma universidade enraizada nas necessidades sociais.

Os movimentos sociais têm sido protagonistas na construção de experiências de formação superior popular. Um exemplo é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que possibilitou a criação de cursos de graduação em parceria entre universidades públicas e movimentos como o MST. Esses cursos rompem com o currículo tradicional e adotam metodologias dialógicas e territoriais.

Essas experiências formativas valorizam a alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, permitindo que os estudantes permaneçam ligados às suas realidades e contribuam com processos de transformação em seus territórios. A pedagogia da alternância fortalece a autonomia e estimula o compromisso político com a realidade vivida, integrando teoria e prática de modo indissociável.

Outra proposta inspiradora é a da Universidade dos Saberes Livres, implementada por coletivos periféricos e populares. Trata-se de um modelo autônomo, que utiliza praças, centros culturais e escolas ocupadas como espaços formativos.

Nessas experiências, a formação é comunitária, interdisciplinar e baseada em ciclos de oficinas, rodas de conversa e vivências com mestres populares.

A pedagogia da universidade popular se fundamenta na ecologia de saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos. Segundo essa perspectiva, não há hierarquia entre ciência moderna e saber tradicional, mas complementaridade. O diálogo intercultural entre saberes distintos enriquece a formação e rompe com a epistemologia colonial que despreza o conhecimento oriundo da oralidade, da espiritualidade e da ancestralidade.

Os saberes insurgentes são aqueles que nascem da dor, da resistência e da prática. São saberes não reconhecidos pela epistemologia dominante, mas que organizam a vida, sustentam comunidades e oferecem alternativas ao modelo capitalista de existência. A universidade popular tem o dever de acolher, registrar, sistematizar e fortalecer esses saberes.

Nesse sentido, mestres e mestras populares, griôs, rezadeiras, parteiras, agricultores, pescadores, lideranças comunitárias e artistas populares tornam-se educadores e educadoras da universidade popular. A escuta e o respeito à sua sabedoria são essenciais. É necessário romper com o academicismo que restringe o papel docente ao portador de títulos e recuperar o valor formativo da experiência.

Os intercâmbios pedagógicos são instrumentos importantes para a construção da universidade popular. Encontros entre comunidades, mutirões formativos, seminários populares e residências pedagógicas possibilitam a circulação dos saberes e a criação de redes de aprendizagem. A mobilidade dos sujeitos, nesse caso, rompe com a lógica elitista da internacionalização acadêmica tradicional.

O intercâmbio entre universidade e comunidade deve se dar de forma horizontal, respeitosa e mutuamente formativa. É fundamental que os saberes populares não sejam instrumentalizados ou exotizados, mas valorizados em sua complexidade e legitimidade. A escuta, o cuidado e o compromisso ético são condições indispensáveis para o sucesso desses processos de intercâmbio.

A extensão universitária crítica, nesse contexto, é um caminho promissor. Ela se diferencia da extensão tradicional porque não parte da ideia de levar conhecimento à comunidade, mas de construir conhecimento com ela. A extensão crítica propõe ações

formativas que reconhecem o território como espaço pedagógico e a comunidade como sujeito da produção do saber.

A pesquisa participativa é outra metodologia essencial na universidade popular. Ao envolver os sujeitos populares como coautores do processo investigativo, essa abordagem rompe com a distância entre pesquisador e pesquisado. A produção de conhecimento se torna processo coletivo, dialógico e voltado à transformação da realidade, reafirmando o compromisso social da pesquisa.

A avaliação nos processos da universidade popular não pode seguir os moldes padronizados do ensino formal. Ela deve ser processual, formativa e dialógica, centrada no acompanhamento coletivo das trajetórias, na autoavaliação e na escuta sensível. O que se avalia não é apenas o conteúdo, mas o engajamento, a criticidade, o vínculo com a comunidade e o compromisso com a transformação.

A certificação nos processos de formação popular também precisa ser ressignificada. O diploma, embora importante para o reconhecimento institucional, não pode ser o único critério de validação do saber. É necessário construir formas alternativas de reconhecimento que valorizem a trajetória, a prática, a sabedoria compartilhada e a contribuição social dos sujeitos formados.

A universidade popular desafia, assim, as estruturas rígidas e eurocentradas do ensino superior. Ela exige a reconstrução curricular, a valorização da diversidade cultural e a ruptura com os padrões excludentes de avaliação e seleção. Sua pedagogia é pautada pelo compromisso com a transformação social, com a justiça cognitiva e com a valorização da pluralidade epistêmica.

Os espaços de formação devem ser abertos, circulares e permeáveis às demandas sociais. Salas de aula podem ser rodas de conversa, oficinas ao ar livre, visitas de campo, feiras, mutirões, rodas de capoeira ou celebrações culturais. O ambiente formativo deve acolher a vida e refletir a organicidade das experiências comunitárias, estimulando o diálogo entre teoria e prática.

A pedagogia da escuta, do cuidado e da convivência torna-se central na universidade popular. Ouvir o outro em sua inteireza, valorizar seu percurso e acolher sua palavra são atos formativos profundos. A convivência, por sua vez, educa na solidariedade, na ética e na cooperação, valores indispensáveis à construção de outro projeto de sociedade.

As tecnologias digitais, quando utilizadas de forma crítica, também podem ser aliadas da universidade popular. Plataformas colaborativas, redes sociais e ferramentas de produção audiovisual permitem o registro, a circulação e o intercâmbio dos saberes produzidos nos territórios. A tecnologia, nesse caso, deve ser apropriada pelas comunidades e colocada a serviço da emancipação.

A formação continuada é outro princípio essencial. Na universidade popular, ninguém está completamente formado — todos estão em constante processo de aprendizagem. A formação é permanente, articulada às transformações da realidade e às necessidades das comunidades. Esse princípio rompe com a lógica da formação como produto acabado e abre espaço para a reinvenção constante.

A valorização do corpo, das emoções e da afetividade também é um diferencial da pedagogia popular universitária. O saber não está apenas na mente, mas também no corpo que dança, canta, planta, reza e cuida. A formação integral reconhece essas dimensões como constitutivas do processo educativo e como instrumentos de aproximação entre os sujeitos.

A espiritualidade, quando presente, é acolhida como parte da formação integral. Rituais, rezas, cantos e celebrações não são vistos como elementos externos ao processo educativo, mas como parte da produção de sentido e da sustentação da luta. A espiritualidade coletiva fortalece o vínculo, renova a esperança e reforça o compromisso ético com o bem comum.

A pesquisa insurgente, comprometida com a transformação social, amplia a noção tradicional de ciência. Ao partir das perguntas das comunidades, ela rompe com o distanciamento acadêmico e se torna uma ferramenta de empoderamento. A produção de conhecimento deixa de ser monopólio das universidades e passa a ser tarefa coletiva, horizontal e orientada pela justiça social.

A universidade popular, ao articular saberes insurgentes e intercâmbios pedagógicos, constrói uma epistemologia viva, enraizada na experiência e orientada pela práxis. Ela não é apenas um espaço alternativo de formação, mas um projeto político de reinvenção da educação. Sua força reside na escuta, no vínculo, na reciprocidade e na coragem de construir outro horizonte educativo.

Em síntese, a universidade popular é expressão concreta da pedagogia dos movimentos. Ela traduz em práticas formativas os princípios da coletividade, da

autonomia, da justiça cognitiva e da dignidade dos saberes populares. Ao construir pontes entre mundos distintos, ela reafirma a potência da educação como prática de liberdade, como ato político e como caminho para um outro mundo possível.

Plagiar é Crime, Lei Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Direitos Reservados Jurídicos Arbe®



Plagiar é Crime, Lei Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Direitos Reservados Jurídicos Arbe®



CONCLUSÃO

A Pedagogia dos Movimentos constitui uma proposta educativa que emerge das lutas sociais, da resistência coletiva e da criação de alternativas formativas enraizadas na vida. Ao longo desta apostila, procuramos demonstrar que essa pedagogia não é apenas uma resposta à exclusão, mas a afirmação de uma concepção de mundo, de sujeito e de conhecimento radicalmente comprometida com a transformação social.

Diferente dos modelos escolares tradicionais, a Pedagogia dos Movimentos não dissocia o conhecimento da realidade vivida. Ela constrói saberes a partir do território, da ancestralidade, da coletividade e da prática. Seus fundamentos estão ancorados na escuta, no diálogo, na solidariedade e no compromisso com a justiça social e cognitiva.

A educação, nesse horizonte, não é mercadoria nem técnica neutra. É práxis: articulação entre reflexão e ação, entre teoria e prática, entre sonho e transformação. Ao valorizar os saberes populares, essa pedagogia recupera a dignidade dos sujeitos historicamente silenciados e reposiciona a escola como espaço de vida, memória e luta.

Inspirada em Paulo Freire, ela compreende o ato de ensinar como um ato político, ético e amoroso. Em Boaventura de Sousa Santos, encontra o respaldo teórico para afirmar a legitimidade de outras epistemologias. E em Maria da Glória Gohn, reconhece a potência formativa dos movimentos sociais como espaços privilegiados de construção de cidadania ativa.

Apostar na Pedagogia dos Movimentos é romper com a lógica da escola como aparelho reprodutor da desigualdade. É propor que os educadores sejam militantes do diálogo, da escuta e da esperança. É afirmar que o saber não é propriedade de especialistas, mas construção coletiva dos sujeitos em luta por dignidade e bem viver.

As práticas pedagógicas vivenciadas nos movimentos expressam uma educação insurgente, estética e afetiva. Por meio de rodas, mutirões, assembleias, rituais e ações culturais, constroem-se formas alternativas de ensinar e aprender. A oralidade, a memória e a arte se unem à reflexão crítica e à organização política.

A Pedagogia dos Movimentos também desafia a estrutura curricular oficial, propondo um currículo vivo, flexível e territorializado. Os conteúdos escolares são reapropriados à luz das realidades locais e dos saberes comunitários. Avaliar é

acompanhar processos, não medir resultados; é escutar trajetórias, não classificar competências.

Essa pedagogia reivindica o tempo da comunidade, o tempo do corpo, o tempo da história. Ela rompe com a lógica da produtividade e valoriza o ritmo da convivência, do cuidado e da ancestralidade. O tempo da aprendizagem é o tempo da escuta, da luta e da transformação coletiva.

No campo da formação docente, a Pedagogia dos Movimentos propõe uma ruptura com os modelos tecnicistas. Ela exige educadores críticos, sensíveis e comprometidos com os territórios em que atuam. A formação não se limita a conteúdos, mas integra valores, práticas e afetos.

A atuação do educador nesse contexto exige escuta ativa, humildade, capacidade de articulação e postura dialógica. O educador aprende com o movimento, caminha com a comunidade e fortalece os vínculos entre escola, território e projeto político-pedagógico. Ele não ensina sobre o povo, mas com o povo.

A resistência é uma marca profunda dessa pedagogia. Resistência à imposição de currículos padronizados, às formas de avaliação excludentes, à lógica neoliberal e à invisibilização dos saberes populares. Cada prática pedagógica insurgente é uma forma de resistir e de criar.

Essa pedagogia também é esperança. Esperança ativa, transformadora, enraizada na dignidade dos sujeitos e na potência dos coletivos. Como nos ensina Freire, “a esperança é necessária, mas não suficiente. Ela exige ação organizada e compromisso ético com o futuro” (*Pedagogia da Esperança*, 1992).

A espiritualidade, muitas vezes esquecida pela pedagogia hegemônica, encontra lugar na Pedagogia dos Movimentos. Ela aparece nos rituais, nas rezas, nas músicas e nas práticas de cuidado. É uma espiritualidade comunitária, que fortalece os vínculos e alimenta a luta.

As práticas culturais têm papel pedagógico central. A arte, o corpo e a emoção não são acessórios, mas formas legítimas de conhecer. Cantar, dançar, pintar e celebrar são também formas de aprender e de resistir. A estética da resistência é dimensão fundante dessa proposta.

A BNCC, enquanto política curricular nacional, é tensionada pela Pedagogia dos Movimentos. Embora contenha brechas, é preciso disputar seus sentidos e afirmar

currículos autônomos, críticos e plurais. A padronização imposta deve ser substituída pela valorização das realidades locais.

Os movimentos sociais têm demonstrado, na prática, que é possível construir experiências educativas sólidas, enraizadas e transformadoras. As escolas do campo, as universidades populares, os projetos de educação em assentamentos e periferias são exemplos vivos dessa potência.

A pedagogia do território valoriza o lugar como espaço pedagógico. A comunidade ensina, a natureza educa, a memória orienta. A escola deixa de ser o único lugar do saber e se articula com os espaços da vida cotidiana, das lutas e das construções coletivas.

A oralidade, como forma de expressão e de transmissão de saberes, é legitimada. Escutar o mais velho, valorizar o contador de histórias, afirmar a palavra como instrumento político e poético são práticas que reafirmam a centralidade da cultura popular no processo educativo.

A corporeidade também é reconhecida como dimensão do aprender. O corpo que marcha, que dança, que se expressa, é também corpo que aprende. A pedagogia dos movimentos rompe com a dicotomia entre corpo e mente, promovendo uma formação integral, que reconhece a sensibilidade como forma de conhecimento.

A afetividade é eixo estruturante dos processos formativos. O vínculo afetivo entre educador e educando, entre comunidade e escola, é o que sustenta o engajamento e a aprendizagem significativa. Afetar-se com o outro é condição para transformar-se com ele. O cuidado e a escuta tornam-se valores pedagógicos fundamentais.

A pedagogia da convivência, centrada na coletividade, na escuta e na construção de consensos, forma sujeitos éticos, capazes de viver a democracia no cotidiano. Conviver é educar na diferença, é aprender a decidir junto, a negociar conflitos e a construir o comum. Essa pedagogia está viva nas práticas populares que recusam o autoritarismo e afirmam a partilha.

A Pedagogia dos Movimentos é também uma pedagogia da insurgência. Ela desafia a lógica da neutralidade, do conformismo e da passividade. Ao formar sujeitos críticos, ela contribui para a formação de coletivos organizados, conscientes e atuantes. Educar, nesse contexto, é organizar, é mobilizar, é resistir e propor.

Trata-se de uma pedagogia que não apenas interpreta o mundo, mas o transforma. Que não apenas denuncia as injustiças, mas constrói alternativas. Que não apenas educa, mas também aprende com os territórios, com os corpos, com a cultura e com a ancestralidade. É uma pedagogia do chão, da esperança e da liberdade.

Ela se faz presente nas práticas de formação de base, nos processos de autoformação comunitária, nas redes de saberes compartilhados. Se faz também nas disputas institucionais, nas ocupações das universidades, nas rodas de conversa das periferias, nas assembleias populares. Está onde há luta e onde há aprendizado coletivo.

A Pedagogia dos Movimentos é, portanto, um convite à reinvenção do ato educativo. Um chamado à escuta, ao vínculo, à criação partilhada do saber. É um projeto pedagógico de enfrentamento das opressões, mas também de afirmação das possibilidades. Um projeto ético, político, estético e radicalmente comprometido com a vida.

Concluimos esta apostila reafirmando que os movimentos sociais são também movimentos de saber, de cultura e de formação. Eles nos ensinam que a educação não precisa ser domesticadora, que o currículo pode ser insurgente e que o conhecimento pode ser libertador. Ensinar é um ato de coragem e de amor.

A Pedagogia dos Movimentos nos desafia a repensar o papel da escola, a função do educador e o sentido do aprender. Nos convida a construir uma escola da escuta, da participação e da luta. Uma escola onde se aprende a transformar o mundo e a sonhar futuros mais justos, mais dignos e mais humanos.

Por tudo isso, educar em movimento é muito mais do que ensinar conteúdos: é formar consciências, construir vínculos, fortalecer territórios e afirmar a dignidade de todos os sujeitos. É tornar a educação uma prática viva de liberdade e justiça. Uma pedagogia que caminha com o povo, aprende com ele e sonha junto. Porque, como dizia Paulo Freire, “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. *A alegria de ensinar*. 19. ed. Campinas: Papirus, 2018.
- APPLE, Michael W. *Educando o “cidadão bom”: mercado, padrões e a política de ensino*. São Paulo: Cortez, 2005.
- ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BARROS, José D’Assunção. *O conceito de cultura na história*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília: MEC, 2017.
- CANDAU, Vera Maria. *Educação em direitos humanos: desafios da interculturalidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- _____. *Educação como prática da liberdade*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- _____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- _____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação e cidadania: trajetórias de participação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MEJÍA, Marco Raúl. *Educação e movimentos sociais: possibilidades de pedagogias emancipadoras*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (orgs.). *Educação popular e escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2006.

MIGNOLO, Walter D. *Epistemologia do Sul e futuro do pensamento*. Curitiba: Appris, 2016.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Beatriz dos Santos de. *Educação do campo: história, práticas e desafios no Brasil*. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Epistemologies of the South: justice against epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

_____. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2009.

Plágio é Crime, Lei Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Direitos Reservados Jurídicos ARBE®



Todos os direitos reservados

Este livro é protegido por direitos autorais. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, distribuída ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou outros métodos eletrônicos ou mecânicos, sem a permissão prévia por escrito da Editora Arbe.

2025 Editora Arbe©